



## **O Pior Judiciário, a Melhor Advocacia e o Andar do Bêbado**

Leonard Mlodinow, em sua célebre e bem recebida pelo mercado literário científico obra, "O Andar do Bêbado", assegura, na página 14 (quatorze) deste belo trabalho, que "A capacidade de tomar decisões e fazer avaliações sábias diante a incerteza é uma habilidade rara. Porém, como qualquer habilidade, pode ser aperfeiçoada pela experiência."

Malgrado, a prática do exercício da advocacia, há muito me ter apresentado a famigerada cantiga proferida nos corredores do Fórum Rui Barbosa, de que "há três tipos de justiça, a boa, a má e a da Bahia", quedei-me assaz entristecido quando deparei-me com esta confirmação oficial, mediante estatística recente, emanada do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Digo entristecido, pelo fato de que, por mais que apregoem comumente por aí, que o problema reside unicamente, no repasse de verbas, por parte do Governo do Estado, conforme já sentenciou Dr. Gilson Dipp, ex presidente do CNJ, o problema é de gestão. Com todas as *venias*, está faltando mais Mlodinow nas cabeceiras dos nossos respeitáveis "CEO's" do Judiciário baiano, do que códigos de processo. Decisões devem ser tomadas. E nem sempre onerosas.

Falta, sem dúvida, investimento. Mas, lamentavelmente, falta mais ainda, boas ideias. O rico e sábio Warren Buffett prescreve que "fazer alguém ter uma ideia certa é um instrumento motivacional muito mais poderoso do que simplesmente oferecer-lhe uma ideia pronta".

Fundamental que ponderemos que é vetusta a atribuição do aludido mal desempenho de nossa Justiça Comum ao Poder Executivo estadual. Outrora, a culpa era da tão apregoada interferência manipuladora de Antonio Carlos Magalhães. Porém,

agora, o governo é do Partido dos Trabalhadores e, não fosse a Justiça do Trabalho soteropolitana, esta sim, exemplo nacional de eficiência, tal classe social se encontraria desprovida de uma prestação jurisdicional à altura de suas necessidades prementes, pois, como apregoava o brilhante advogado Rui Barbosa, “justiça que tarda, falha”.

Outro dia, procedi com esta reflexão junto a um perspicaz cliente, que me deixou desconsertado quando, sem embargos, obtemperou: “Doutor, na época do cabeça branca era melhor. A gente pedia a ele e o processo andava. Hoje, a gente não tem mais à quem pedir”.

Deveras, necessitamos de ideias. Seria tão inviável promover uma licitação para que os advogados pudessem ter acesso, através de uma empresa privada, à uma máquina de fotocópia para cada andar do Fórum Rui Barbosa, ao invés de serem submetidos à humilhante *via crucis* de se acotovelarem nas poucas casas calorentas que se encontram ao seu redor? No STJ, por exemplo, outro dia, solicitei fotocópia, na íntegra, no setor próprio daquele E. Tribunal, de autos de um processo de mais de um milhão de páginas e, em minutos, a tive em um CD, digitalizado. Ah, sim, me informaram que, da próxima vez, se eu trouxesse um *Pen Drive*, demoraria segundos.

Não quero nem mencionar, com detalhes – vez que este artigo instruirá a *homepage* da Peres Junior Advocacia e me envergonha imaginar que o mundo possa saber disso - o que ocorre em algumas comarcas do interior baiano, nas quais, a obtenção de cópia de qualquer documento processual, afigura-se como uma epopeia, vez que quando há, a fotocópia encontra-se muito distante do fórum local.



Na semana passada, um colega de escritório, ao abordar um serventuário do TJBA, no sentido de lhe pedir um pouco mais de celeridade na autuação de uma inicial e documentos que a instruíam, ato cartorial que se delongava havia três semanas, fora brindado com a seguinte pérola: "Doutor, estamos com carência de pessoal. Faça o seguinte, tire metade desses documentos que acompanham a inicial, que são muitos, o trabalho fica mais fácil e eu autuo logo." Detalhe: os referidos documentos instruem e fundamentam um pedido de tutela antecipada em favor de um jovem, vítima de um acidente automobilístico gravíssimo, que encontra-se lutando contra um estado vegetativo (?!).

Não quero acreditar que não seja possível economicamente, a contratação de um batalhão de jovens aprendizes, como a Caixa Econômica Federal fazia, quando eu estagiava lá, há vinte anos, para a realização desta tarefa essencialmente mecânica, evitando-se assim, que a prestação jurisdicional urgente seja obstada por um ato tão autômato. Pensemos...

Agora, uma hilária. Sim, daquelas para prestigiar a máxima atribuída a Otávio Mangabeira – "pense num absurdo, na Bahia tem precedente". No ano passado, um magistrado exarou um despacho para que eu devolvesse, de imediato, os autos que pretensamente encontravam-se sob meu poder, sob pena de adoção de procedimentos administrativos junto à OAB/BA e criminais, junto ao MP, por "obstáculo ao bom andamento da prestação jurisdicional".

Entrei em pânico, afinal, como nosso escritório não costuma reter autos de processo, muito pelo contrário, logo imaginei que algum colaborador pudesse tê-lo extraviado. Pois bem, após uma semana de buscas frenéticas, que incluíram os locais mais inimagináveis, além do reviramento pelo avesso do nosso domicílio profissional e residencial de todos que na Peres Junior



Advocacia laboram, tive a refrigerante ideia de mandar alguém ao juízo d'onde partira o hostil pronunciamento e, sutilmente, desinteressadamente, pedir para consultar os tais autos...e...surpresa ! Eles estiveram lá, desde há muitos meses, quando, um de nossos colegas os devolveram e não fora prestigiado com o lançamento no sistema local da "baixa da carga".

Mas, não é só. Irresignado com a falha cartorial mencionada, que representou insofismável dano à operacionalidade de nosso escritório, recorri à Corregedoria do TJBA, que, ao final de um processo administrativo, decidira que não houve falha do MM. Juízo emanador do pronunciamento telado, na medida em que o advogado tem o dever de acompanhar a baixa da carga, pelo servidor, após a devolução dos autos (!!!) Ou seja, o causídico, não bastasse as vicissitudes prazais que lhe acometem diuturnamente, se transformou em assistente de auxiliar permanente da justiça (!!!).

Para que eu não me incline mais a prestigiar o ilustre baiano Gregório de Matos, o "Boca do Inferno", do que outros célebres juristas, como Orlando Gomes e Rui Barbosa, vou dar a solução de gestão para o assunto: treinamento.

Já tive a oportunidade de ministrar, há uns cinco anos, aulas de Processo Civil e Prática forense para aproximadamente 750 (setecentos e cinquenta) servidores do TJBA, mediante um convênio que o IAB – Instituto dos Advogados da Bahia firmou com o referido E. Tribunal e fiquei ao mesmo tempo surpreso e encantado com o interesse que tais profissionais despertaram em minhas modestas informações transmitidas. Aliás, quedei-me igualmente chocado, quando uma subscrivã confessou que, em mais de uma década de vida dedicada à prestação jurisdicional, aquele era o primeiro treinamento dela (!!!). Desconsertado, redargui que o TJ estava em época de recessão econômica, sendo



logo interrompido por uma representante do Sinpojud que, irritadíssima, me assegurou que sobram verbas destinadas à este fim, todo ano: treinamento de pessoal.

Confesso que não tenho elementos comprobatórios desta afirmação. Mas, se for verdade tal dado, temos que lançar o repto, "O problema é de gestão. Dr. Dipp, tinha razão !"

Não sei se o propalado convênio à ser firmado com a Fundação Getúlio Vargas, é a solução para o problema. A FGV detém indubiosamente, uma expertise invejável no assunto. Existe, inclusive, um departamento chamado GVlaw, que estuda a gestão envolvendo os escritórios de advocacia e prestação jurisdicional, do qual sou usuário contumaz. Mas, o custo deste convênio pode não ser o adequado ao TJ e a nossa capital detém ótimos docentes, conhecedores do problema de nosso Judiciário Estadual melhor do que ninguém, domiciliado em São Paulo.

Quero deixar bem claro que este texto não tem a pretensão de "chutar cachorro morto". Muito pelo contrário. Penso que é hora de todos nós, operadores bem intencionados do Direito deste Estado, "juntarmos os cacos", pararmos de "lambermos as feridas" e partirmos para uma reversão da situação e de nossa autoestima. Modificarmos um sistema, que nas palavras do saudoso Dr. Arx Tourinho, "parece que foi concebido para desestimular os bons advogados".

Faço questão de consignar ainda, minha admiração àqueles que se dedicam, com esforço hercúleo, para que o sistema não "trave" e a prestação jurisdicional da Bahia não venha à falência. São devotados magistrados e serventuários brilhantes e operosos, que, malgrado todas as adversidades, gostam do que fazem, ainda que mal remunerados e sem estrutura ideal de trabalho. Alguns enfartam, mas Deus protege outra centena deles e a Justiça ainda é, bem ou tropeadamente, oferecida ao cidadão,



graças à estes heróis da resistência, cujos nomes não declinarei, com receio de ser injusto, com alguma eventual ausência.

Eu estou fazendo a minha parte. Além de já ter treinado centenas de serventuários, estou dedicando duas horas do meu fim-de-semana, com a elaboração destas linhas que sei, desagradarão a muitos, apesar de ser bem recebido por outros e inserindo-as no *site* de meu escritório.

Voltando ao profético Dr. Arx, que já predizia estes dados - como ele tinha razão !!! - ontem, por exemplo, enquanto o casamento real da Inglaterra era transmitido para dois bilhões de terráqueos, uma devotada e inteligente colaboradora do nosso escritório se divorciou da profissão, me comunicando o seu desligamento de nossa equipe, frisando que o motivo não foi qualquer insatisfação com a Peres Junior Advocacia e sim, com a advocacia. Fiquei triste. Mais um soldado tombou !

Aos que insistem em resistir, como eu, minha recomendação é suprir a ausência de um "terceiro interveniente" eficiente, no contrato de prestação de serviços com nossos clientes, com boa gestão dos escritórios, valendo-nos de tecnologia - inserindo o *scanner* portátil, onde não há fotocópias - investindo em treinamento de suas equipes, buscando superar a "velocidade pós-postulatória quelônica", com um atendimento expedito e personalizado aos clientes. Ou seja, procurando prestar a melhor advocacia, como forma de superar os obstáculos do pior Judiciário. No caso de nosso escritório, após estudarmos muito sobre gestão legal, participando de diversos seminários pelo Brasil, identificamos este perfil como o melhor para nós, o escritório boutique, ou corporativo, com poucos clientes, que possam pagar bem e ter uma contraprestação atenciosa e o mais eficiente possível.



E por fim, não devem se esquecer, os poucos e bons guerreiros colegas que restarem, que segundo Mlodinow, "(...) as pessoas bem sucedidas em todas as áreas fazem parte de um certo conjunto – o conjunto das pessoas que não desistem."

Salvador, Sábado, 30 de abril de 2011.

Antonio Peres Junior.